



Escola de Administração Fazendária

Gabarito

3



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Concurso Público 2009

Prova Objetiva 1

COMUM A TODOS OS CARGOS

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS**.
3. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse **CARTÃO DE RESPOSTAS** não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** em letra **cursiva**, para posterior exame grafológico:
“Obstáculos são aqueles perigos que você vê quando tira os olhos de seu objetivo”.
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
6. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, FORTEMENTE, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este **CADERNO** com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala entregue este **CADERNO DE PROVA**, juntamente com o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Assinale a opção correta em relação ao texto.

O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – PROÁGUA Nacional é um programa do Governo Brasileiro financiado pelo Banco Mundial. O Programa originou-se da exitosa experiência 5 do PROÁGUA / Semiárido e mantém sua missão estruturante, com ênfase no fortalecimento institucional de todos os atores envolvidos com a gestão dos recursos hídricos no Brasil e na implantação de infraestruturas hídricas viáveis do ponto de vista técnico, financeiro, 10 econômico, ambiental e social, promovendo, assim, o uso racional dos recursos hídricos.

(<http://proagua.ana.gov.br/proagua>)

- a) Tanto o PROÁGUA/Semiárido como o PROÁGUA/Nacional promovem o uso racional dos recursos hídricos.
- b) A expressão “sua missão estruturante”(l.5 e 6) refere-se a “Banco Mundial”(l.3 e 4).
- c) A ênfase no fortalecimento institucional de todos os atores envolvidos com a gestão de recursos hídricos é exclusiva do PROÁGUA/Semiárido.
- d) A implantação de infraestruturas hídricas viáveis do ponto de vista técnico, financeiro, econômico, ambiental e social é exclusiva do PROÁGUA/Nacional.
- e) O PROÁGUA / Semiárido é um dos subprojetos derivados do PROÁGUA/Nacional.

2 - Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

O Brasil possui cerca de(1) 4 milhões de hectares irrigados: área que pode ser triplicada em(2) 20 anos. É um dos países mais importantes(3) na produção de alimentos, mas, apesar de(4) sua vocação para a agricultura irrigada, ainda são necessárias estratégias para explorar racionalmente esse potencial. Hoje, a captação e o consumo de água para a irrigação representa(5), respectivamente, 46% e 69% dos valores totais captados e consumidos.

(Adaptado de Denise Caputo
<http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/noticias>)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

3 - Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

Havia um sério conflito pelo uso das águas da bacia do Rio Piracicaba ____ 1 ____ população da própria bacia (cerca de 4 milhões de habitantes) e a da Região Metropolitana de São Paulo (cerca de 18 milhões de habitantes). Parcela significativa do abastecimento da capital paulista é suprida ____ 2 ____ água da bacia do Rio Piracicaba, ____ 3 ____ Sistema Cantareira (transposição de águas da bacia, por meio de reservatórios e túneis até a Região Metropolitana de São Paulo). Tal intervenção hidráulica na bacia era desprovida de critérios de uso da água ____ 4 ____ contemplasse as necessidades da população local. A ação reguladora da ANA se deu ____ 5 ____ definição de critérios técnicos operacionais e de outorga.

(José Machado
<http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/set.2008.pdf>)

	1	2	3	4	5
a)	pela	da	com o	os quais	da
b)	entre a	com	por meio do	que	pela
c)	com a	pela	no	cujos	na
d)	da	na	pelo	pelos quais	com a
e)	na	de	do	se	cuja

4 - Em relação ao texto abaixo, assinale a opção incorrecta.

O tratamento de esgotos é fundamental para qualquer programa de despoluição das águas. Em grande parte das situações, a viabilidade econômica das estações de tratamento de esgotos (ETE) é reconhecidamente 5 reduzida, em razão dos altos investimentos iniciais necessários à sua construção e, em alguns casos, dos altos custos operacionais. Por esses motivos que mesmo os países desenvolvidos têm incentivado financeiramente os investimentos de Prestadores de 10 Serviços em ETE, como os Estados Unidos e países da Comunidade Europeia. No Brasil, o problema de viabilidade econômica do investimento público torna-se ainda mais agudo, devido à elevada parcela de população de baixa renda. No entanto, vale ressaltar que a água 15 de qualidade também é um fator de exclusão social, uma vez que a população de baixa renda dificilmente tem condições de comprar água de qualidade para beber ou até mesmo de pagar assistência médica para remediar as doenças de veiculação hídrica, decorrentes da ausência de saneamento básico.

(<http://www.ana.gov.br/prodes/prodes.asp>)

- a) O emprego do sinal indicativo de crase em “à sua construção”(l.6) é opcional porque é opcional a presença de artigo definido singular feminino antes de “sua”.
- b) A forma verbal “têm”(l. 8) está no plural porque concorda com “os países desenvolvidos”.

- c) Mantém-se a correção gramatical do período se a conjunção “No entanto”(l.14) for substituída por qualquer uma das seguintes: **Porém, Todavia, Entretanto, Contudo.**
- d) Em “torna-se”(l.12), o “-se” indica sujeito indeterminado.
- e) Estaria gramaticalmente correta a substituição de “uma vez que”(l.16) por **porquanto**.

5 - Em relação ao texto, assinale a opção incorrecta.

A outorga de direito de uso da água é um dos principais instrumentos da política nacional de recursos hídricos, instituída pela Lei n. 9.433/97, por meio da qual o poder público autoriza o usuário de água, sob condições

- 5 preestabelecidas, a utilizar ou realizar interferências hidráulicas nos recursos hídricos necessários à sua atividade, garantindo o direito de acesso a esses recursos e tendo em conta que a água é um bem de domínio público.
- 10 Os rios e lagos que banham mais de uma unidade da federação e as águas armazenadas em reservatórios de propriedade federal são de domínio da União. Nesses casos, a outorga é emitida pela Agência Nacional de Águas (ANA). Os demais rios, lagos, reservatórios e as
- 15 águas subterrâneas são de domínio estadual ou distrital, sendo a outorga emitida pela respectiva autoridade local.

(José Machado
<http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/set.2008.pdf>)

- a) A expressão “da qual”(l.3) refere-se a “outorga de direito de uso da água”(l.1).
- b) Mantém-se a informação original do período substituindo-se “tendo em conta”(l.8) por **considerando**.
- c) O emprego de sinal indicativo de crase em “à sua atividade”(l.6 e 7) justifica-se pela regência de “recursos”, que exige preposição “a” e pela presença de artigo definido feminino antes de “sua”.
- d) O segmento “que banham mais de uma unidade da federação”(l.10 e 11) é uma oração adjetiva restritiva.
- e) O verbo “autorizar”(l.4) está empregado, no texto, com a mesma predicação verbal que apresenta na frase: O diretor autorizou-nos a tirar férias em fevereiro.

6 - Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- O Rio Paraíba do Sul tem cerca de 2/3 de suas águas retiradas do seu leito por uma obra de transposição em Santa Cecília (RJ). Essas águas são utilizadas para gerar energia elétrica e para abastecer a Região
- 5 Metropolitana do Rio de Janeiro (cerca de 8 milhões de pessoas). Havia conflitos pelo uso dessas águas entre as diferentes regiões. Também nesse caso, a ação da ANA se pautou por definir um arcabouço técnico e institucional, estabelecendo regras de operação para o
- 10 reservatório e de vazão mínima a ser liberada a jusante (rio abaixo), em determinadas épocas do ano, de forma a compatibilizar os usos.

(José Machado
<http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/set.2008.pdf>)

- a) A substituição de “cerca de”(l.1) por **acerca de** mantém a correção gramatical do período.
- b) A eliminação de “para” antes de “abastecer”(l.4) prejudica a correção gramatical do período.
- c) A substituição de “se pautou”(l.8) por **se orientou** prejudica a correção gramatical do período.
- d) A palavra “jusante”(l.10) tem o mesmo significado de **montante**.
- e) A palavra “arcabouço”(l.8) está sendo empregada com o sentido de **estrutura, esquema**.

7 - Assinale a opção em que o trecho do texto está reescrito de forma gramaticalmente errada.

- Os fundamentos da Lei n. 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, resultaram de décadas de discussões e basearam-se nas experiências adotadas pelas unidades federadas desde a década de 70, além de estarem
- 5 sintonizados com os discursos dos mais significativos fóruns internacionais. Esses fundamentos estabelecem que a água é um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Além disso, apregoam que, em situações de escassez, a água deve
- 10 ser usada prioritariamente para o consumo humano e a dessedentação de animais; que sua gestão deve sempre proporcionar o uso múltiplo; que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política
- 15 Nacional de Recursos Hídricos; e que essa gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

(Adaptado de <http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/artigos>)

- a) Estão sintonizados com os discursos dos mais significativos fóruns internacionais.(l.4, 5 e 6)
- b) Os fundamentos da lei conhecida como Lei das Águas (Lei n. 9.433/97), basearam-se nas experiências adotadas pelas unidades federadas desde a década de 70 e resultou de décadas de discussões.(l. 1, 2, 3 e 4)

- c) Esses fundamentos estabelecem que a água é um bem de domínio público, dotado de valor econômico, e um recurso natural limitado.(l.6, 7 e 8)
- d) Apregoam também que a gestão da água deve sempre proporcionar o uso múltiplo e que, em situações de escassez, a água deve ser usada prioritariamente para o consumo humano e a dessedentação de animais. (l. 9,10 e 11)
- e) Asseveram ainda que a gestão hídrica deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, e que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.(l. 12 a 16)
- 8- Julgue se os itens estão gramaticalmente corretos e assinale a opção correspondente.
- I. Avisão pan-americana sobre os desafios que envolvem o tema água constitui a Mensagem de Foz do Iguaçu, documento lançado na cidade paranaense, durante o encerramento do Fórum de Águas das Américas.
 - II. O Fórum visa diagnosticar a política e a gestão da água na América e propor políticas adequadas para enfrentar os desafios globais relacionados à água, entre cujos as mudanças climáticas e o crescimento da população mundial.
 - III. Após um debate democrático, várias idéias foram escolhidas para compor a Mensagem de Foz do Iguaçu. Há desde temas que abrangem todo o continente americano, até propostas que contemplam uma região específica.
 - IV. A Mensagem será enviada para o Fórum Mundial da Água que ocorrerá em março de 2009, em Istambul Turquia.
- (Adaptado de Raylton Alves
http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/noticiasExibe.asp?ID_Noticia=6119)
- Estão corretos apenas os itens:
- I e II
 - II e III
 - I e III
 - II e IV
 - III e IV
- 9 - Os segmentos a seguir constituem um texto retirado, com adaptações, de <http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/set.2008.pdf>.
- Assinale a opção que apresenta erro gramatical.
- O Rio Piranhas-Açu nasce na Paraíba e deságua em Macau, no Rio Grande do Norte.
 - Ambos os Estados têm nesse manancial uma das principais fontes de abastecimento de suas populações e de atividades econômicas, como a piscicultura.
- c) O conflito que havia foi atenuado por meio do marco regulatório de uso das águas do Rio Piranhas-Açu, instituído pela ANA, em articulação com os órgãos estaduais e com o Departamento Nacional de Obras contra as Secas.
- d) Definiu, também, regras de operação dos reservatórios existentes e programas de monitoramento da quantidade e qualidade da água.
- e) O marco definiu um compromisso de entrega de água pela Paraíba conquanto o Rio Grande do Norte, estabelecendo quotas máximas de uso de água por finalidade e por trecho de rio.
- 10- Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de <http://www.ana.gov.br/prodes/prodes.asp>, mas estão desordenados. Ordene-os e assinale a opção correta.
- Tal incremento da carga orgânica poluidora nos corpos d'água leva à escassez de água com boa qualidade, fato já verificado em algumas regiões do país.
 - Entre os maiores desafios da gestão de recursos hídricos no Brasil está a redução das cargas poluidoras que degradam os corpos d'água.
 - Tanto é assim que menos de 20% do esgoto urbano recebe algum tipo de tratamento, o restante é lançado nos corpos d'água "in natura", colocando em risco a saúde do ecossistema e da população local.
 - Nesse cenário, os efluentes domésticos representam uma das principais fontes de degradação dos ecossistemas aquáticos do território nacional.
 - Principalmente em regiões metropolitanas, essa degradação da qualidade da água vem criando situações insustentáveis do ponto de vista de desenvolvimento.
- 5, 1, 4, 3, 2
 - 3, 2, 4, 5, 1
 - 3, 5, 4, 2, 1
 - 4, 3, 2, 1, 5
 - 2, 1, 4, 5, 3
- 11- Assinale a opção em que o trecho constitui continuação coesa e coerente para o texto a seguir.
- O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) procura o desenvolvimento regional, com a perspectiva de conseguir benefícios que se estendam para além de 2025, e visa ao desenvolvimento sustentável de uma das áreas de maior concentração populacional do Semiárido, mediante o atendimento a múltiplos usos da água, com garantia adequada.
- (<http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/anexos>)
- Entretanto, em termos de infraestrutura, propõe obras de bombeamento e construção de adutoras, que promoverão a transferência de água do Rio São Francisco para o semiárido do Nordeste Setentrional.

- b) Contudo, o PISF é motivado pela busca da garantia na disponibilidade da água, inclusive para abastecimento doméstico, necessária ao desenvolvimento sustentável da região a ser atendida pelas obras de adução e por suas derivações.
- c) À medida que, na condição de agência reguladora do uso das águas de domínio da União, a ANA concedeu ao empreendedor, o Ministério da Integração Nacional, o Certificado de Sustentabilidade Hídrica (Certoh) e a respectiva outorga de direito de uso das águas do Rio São Francisco para tal propósito.
- d) Considerou-se, nessa proposição, a evolução das demandas por água no Nordeste Setentrional, associadas não só ao abastecimento urbano e doméstico de água, mas, também, aos usos produtivos da água e à produção de alimentos.
- e) O processo de concessão desses dois diplomas legais foi cercado de extremo zelo técnico, após detalhada análise e depois do cumprimento de exigências feitas ao empreendedor, seguindo processo decisório independente e transparente.

12- Em relação à pontuação do texto, assinale a opção correta.

- A água pode ter diversas finalidades, como: abastecimento humano, desidratação animal, irrigação, indústria, geração de energia elétrica, lazer, navegação etc. Muitas vezes, esses usos podem ser concorrentes,
- 5 o que gera conflitos entre setores usuários ou mesmo impactos ambientais.
- Nesse sentido, é necessário gerir e regular os recursos hídricos, acomodando as demandas econômicas, sociais e ambientais por água em níveis sustentáveis,
- 10 para permitir a convivência dos usos atuais e futuros da água sem conflitos. Por isso, a outorga é fundamental, pois, ordenando e regularizando o uso da água, é possível assegurar ao usuário o efetivo acesso a ela, bem como realizar o controle quantitativo e qualitativo
- 15 dos usos desse precioso recurso.

(José Machado
<http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/artigos/set.2008.pdf>)

- a) O emprego do sinal de dois-pontos(ℓ.1) justifica-se por anteceder oração subordinada adjetiva restritiva.
- b) A vírgula após “Muitas vezes”(ℓ.4) justifica-se para isolar conjunção temporal.
- c) As vírgulas da linha dois justificam-se porque isolam elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.
- d) O emprego de vírgula após “hídricos”(ℓ.8) justifica-se para isolar oração subordinada adverbial comparativa.
- e) O emprego de vírgula após “fundamental”(ℓ.11) justifica-se por isolar oração subordinada adverbial condicional.

LINGUA INGLESA

Your answers to questions 13 to 16 must be based on the article below entitled “The accidental environmentalists”:

The accidental environmentalists

Source: www.economist.com
 Dec, 11th 2008 (Adapted)

More destructive hurricanes, shrinking forests, melting glaciers, disappearing animals: the prospective damage to Latin America and the Caribbean from climate change makes for grim reading. A new World Bank report, timed to coincide with a United Nations conference in Poland, tries to put numbers to the potential economic cost. By taking the Intergovernmental Panel on Climate Change's predictions for what the planet might feel like in 2100 and then overlaying data from several thousand farms situated in regions of varying heat and dryness, it is possible to make some informed guesses about what the effect on crop yields, and therefore on GDP, would be if temperatures rose and rainfall fell.

Some Latin countries are already doing things to reduce net carbon emissions that put them ahead of governments elsewhere. Much of the region's power comes from hydroelectricity and biofuels. The result is that emissions of carbon dioxide per unit of power are 74% lower than in India and China.

There are obstacles to taking these policies further. In Brazil, plans for more hydroelectric dams in the Amazon are opposed by some environmentalists; they claim the resulting flooding of forest prompts methane-producing rotting vegetation.

13- As regards the potential economic cost caused by climate change, figures

- a) cannot be set.
 b) would have to be shown.
 c) are going to be presented.
 d) seem to minimize its effect.
 e) do not reflect its dire threat.

14- In some Latin American countries, carbon dioxide emissions per unit of power

- a) are unacceptably high in relation to other countries.
 b) have increased significantly over the last few decades.
 c) are being tackled through the construction of new capacity.
 d) are considerably lower than those of India and China.
 e) need to be reduced by around 74% as soon as possible.

- 15- In relation to the constructions of hydroelectric dams in the Amazon, some environmentalists
- do not approve of them.
 - have prevented them.
 - devised a number of them.
 - take part in their initial plan.
 - support and supervise them.
- 16- As regards the use of hydroelectricity and biofuels, both are linked to
- a likely cut in carbon dioxide emissions.
 - the reduction of carbon dioxide emissions.
 - the increase of carbon emissions.
 - reductions in gas emissions in China.
 - unforeseeable reductions in carbon emissions.
- Your answers to questions 17 to 20 must be based on the article below entitled "Looming water crisis simply a management problem":
- Looming water crisis simply a management problem**
 Source: www.newscientist.com
 August 20th 2008 (Adapted)
- Today's focus on the credit crisis and rising prices for food and oil has temporarily put another global scarcity in the shade: water. The UN predicts that by 2025, two-thirds of us will experience water shortages, with severe lack of water blighting the lives and livelihoods of 1.8 billion. According to the UN World Water Assessment Programme, by 2050, 7 billion people in 60 countries may have to cope with water scarcity. At this year's World Economic Forum, UN secretary-general Ban Ki-moon recommended that water scarcity should be at the top of the international agenda. "As the global economy grows, so will its thirst," he said, warning of a future marred by conflicts over water.
- There is no doubt that we need to rethink how we use water, especially with the human population growing rapidly, and global warming likely to produce unpredictable patterns of rainfall and drought. Nevertheless, my own research suggests that the situation may not be as dire as many are suggesting. Nations can thrive on surprisingly meagre quantities of fresh water – provided they adopt water-efficient technologies and encourage economic activity that does not guzzle water. I believe the looming water crisis is primarily a problem of distribution and management rather than supply. And we can solve it with existing technologies, increased investment and political will.
- 17- According to paragraph 1, water shortages
- are not going to occur.
 - would have to be calculated.
 - are foreseen.
 - have been compensated.
 - were not dealt with.
- 18- In paragraph 1, the author refers to "a future marred by conflicts over water". In other words, a future
- unspoiled by them.
 - rid of them.
 - broadened by them.
 - safeguarded by them.
 - clouded by them.
- 19- In paragraph 2, the author says that based on his own research, the situation
- must be promptly addressed.
 - might not be so severe.
 - could have been hindered.
 - may bring about catastrophic shifts.
 - should have been resolved.
- 20- In paragraph 2, the author implies that the problem of distribution and management of water is
- overestimated.
 - marginal.
 - extraneous.
 - paramount.
 - secondary.
-
- RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO**
- 21- Um rio principal tem, ao passar em determinado ponto, 20% de águas turvas e 80% de águas claras, que não se misturam. Logo abaixo desse ponto desemboca um afluente, que tem um volume d'água 30% menor que o rio principal e que, por sua vez, tem 70% de águas turvas e 30% de águas claras, que não se misturam nem entre si nem com as do rio principal. Obtenha o valor mais próximo da porcentagem de águas turvas que os dois rios terão logo após se encontrarem.
- 35%
 - 45%
 - 41%
 - 49%
 - 55%

22- Em um ponto de um canal, passam em média 25 barcos por hora quando está chovendo e 35 barcos por hora quando não está chovendo, exceto nos domingos, quando a frequência dos barcos cai em 20%. Qual o valor mais próximo do número médio de barcos que passaram por hora neste ponto, em um fim de semana, se choveu durante $\frac{2}{3}$ das horas do sábado e durante $\frac{1}{3}$ das horas do domingo?

- a) 24,33
- b) 25,67
- c) 27,00
- d) 26,83
- e) 30,00

23- Alguns amigos apostam uma corrida num percurso em linha reta delimitado com 20 bandeirinhas igualmente espaçadas. A largada é na primeira bandeirinha e a chegada na última. O corredor que está na frente leva exatamente 13 segundos para passar pela 13^a bandeirinha. Se ele mantiver a mesma velocidade durante o restante do trajeto, o valor mais próximo do tempo em que ele correrá o percurso todo será de:

- a) 17,54 segundos.
- b) 19 segundos.
- c) 20 segundos.
- d) 21,67 segundos.
- e) 20,58 segundos.

24- Determinado rio passa pelas cidades A, B e C. Se chove em A, o rio transborda. Se chove em B, o rio transborda e, se chove em C, o rio não transborda. Se o rio transbordou, pode-se afirmar que:

- a) choveu em A e choveu em B.
- b) choveu em A ou choveu em B.
- c) choveu em C.
- d) não choveu em C.
- e) choveu em A.

25- Três esferas rígidas estão imóveis em uma superfície plana horizontal, sendo que cada esfera está encostada nas outras duas. Dado que a maior delas tem um raio de 4cm e as outras duas têm raios de 1cm, os pontos em que as esferas tocam o chão formam um triângulo cuja área é:

- a) $\sqrt{15}$ cm²
- b) $\sqrt{15,75}$ cm²
- c) $2\sqrt{6}$ cm²
- d) $\sqrt{6}$ cm²
- e) $\frac{\sqrt{15,75}}{2}$ cm²

Área para rascunho

26- O determinante da matriz

$$B = \begin{bmatrix} 2 & 1 & 0 \\ a & b & c \\ 4+a & 2+b & c \end{bmatrix}$$
 é:

Área para rascunho

- a) $2b - c$
- b) 0
- c) $a + b + c$
- d) $6 + a + b + c$
- e) $2bc + c - a$

27- Uma urna possui 5 bolas azuis, 4 vermelhas, 4 amarelas e 2 verdes. Tirando-se simultaneamente 3 bolas, qual o valor mais próximo da probabilidade de que as 3 bolas sejam da mesma cor?

- a) 4,24%
- b) 3,96%
- c) 4,50%
- d) 5,15%
- e) 11,53%

28- Na população brasileira verificou-se que a probabilidade de ocorrer determinada variação genética é de 1%. Ao se examinar ao acaso três pessoas desta população, qual o valor mais próximo da probabilidade de exatamente uma pessoa examinada possuir esta variação genética?

- a) 0,98%
- b) 1%
- c) 1,30%
- d) 3,96%
- e) 2,94%

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

29- O art. 5º da Constituição Federal assegura ao cidadão, de forma expressa, os seguintes direitos perante as repartições públicas brasileiras:

- I. de obter certidões necessárias à defesa de seu interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas;
- II. de obter informações de interesse coletivo, salvo aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- III. de petição contra ilegalidade;
- IV. de ter acesso a informações relativas à sua pessoa, contidas em processo em curso ou já arquivado;
- V. de ser atendido no prazo máximo de trinta minutos, quando em fila de espera de atendimento presencial.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- d) apenas as afirmativas II, III e V.
- e) apenas as afirmativas II e III.

30- Um servidor público foi procurado por um cidadão que pretendia viabilizar um direito legítimo perante a repartição pública na qual ele (servidor) trabalhava. O assunto não se inseria na sua esfera de atribuições mas, mesmo assim, ele se prontificou a ajudar o cidadão, mediante uma remuneração pelo trabalho extra que faria. Feito o acordo entre os dois, o servidor redigiu um requerimento, nos devidos termos, o qual foi assinado e protocolizado pelo interessado. Valendo-se do conhecimento que tinha entre seus colegas de trabalho, o servidor cuidou para que o direito postulado fosse reconhecido e deferido o mais breve possível. Neste caso, esse servidor:

- a) cometeu o crime de corrupção passiva.
- b) cometeu o crime de prevaricação.
- c) cometeu o crime de concussão.
- d) não cometeu crime algum.
- e) cometeu o crime de advocacia administrativa.

31- São hipóteses de demissão de servidor regido pela Lei n. 8.112/90:

- I. agressão física a um colega de trabalho, no ambiente interno da repartição, sem um motivo justo;
- II. enriquecimento ilícito no exercício da função;
- III. compelir ou aliciar outro servidor a filiar-se a sindicato ou a partido político;
- IV. divulgar informação obtida em razão do cargo mas que deveria permanecer em segredo;
- V. praticar agiotagem no âmbito da repartição.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I e II.
- c) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas II e IV.
- e) apenas as afirmativas I, II, IV e V.

32- Sobre a responsabilidade do servidor público, regido pela Lei n. 8.112/90, é correto afirmar que:

- I. as responsabilidades civil, penal e administrativa são excludentes, ou seja, a condenação em uma esfera impede que o seja na outra, para que não haja *bis in idem*;
- II. a responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato;
- III. a responsabilidade penal restringe-se aos crimes praticados no exercício das funções;
- IV. nos casos em que a Fazenda Pública for condenada a indenizar terceiro, por ato de servidor público no exercício da função, assiste-lhe o direito de regresso contra o responsável, independentemente de ele ter agido sem dolo ou culpa;
- V. a obrigação de reparar o dano causado ao erário estende-se aos sucessores do servidor e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas II e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, III e IV.
- d) apenas as afirmativas II, IV e V.
- e) as afirmativas I, II, III, IV e V.

33- O dirigente de um órgão público sediado em Brasília e os servidores responsáveis pelas licitações e compras desse órgão compareceram a um evento de demonstração de um novo produto de informática que estava sendo lançado no mercado e que poderia interessar ao órgão adquiri-lo. O evento ocorreu em um hotel *resort* situado no Nordeste e as despesas de transporte, hospedagem e alimentação desses agentes públicos foram custeadas pela empresa fornecedora do produto porque o órgão público não dispunha de verba para tanto. Esse tipo de conduta dos agentes públicos:

- a) configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito no exercício da função.
- c) configura ato de improbidade administrativa somente na hipótese de o produto vir a ser adquirido pelo órgão, por preço superior ao de mercado.
- d) não configura ato de improbidade administrativa porque agiram no interesse do órgão e não no interesse pessoal deles.

- e) é lícita porque o órgão não dispunha de verba para pagar as diárias que são devidas nos deslocamentos no interesse do serviço.
- 34- De acordo com o Decreto n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é vedado ao servidor público:
- I. aceitar ajuda financeira, para si ou para familiares, fornecida pela parte interessada, para fins de praticar ato regular e lícito, inserido em sua esfera de atribuições;
 - II. fazer uso de informação privilegiada obtida no âmbito interno do seu serviço, salvo quando a informação afetar interesse do próprio servidor;
 - III. utilizar, para fins particulares, os serviços de servidor público subordinado;
 - IV. utilizar-se da influência do cargo para obter emprego para um parente próximo;
 - V. procrastinar a decisão a ser proferida em processo de sua competência porque tem antipatia pela parte interessada.
- Estão corretas:
- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
 - b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
 - c) apenas as afirmativas I, II, III e V.
 - d) apenas as afirmativas III, IV e V.
 - e) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- 35- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:
- I. a ética no serviço público exige do servidor uma conduta não apenas de acordo com a lei, mas, também, com os valores de justiça e honestidade;
 - II. o servidor não pode omitir a verdade, ainda que contrária aos interesses da Administração;
 - III. a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, salvo nos casos em que a lei estabelecer o sigilo;
 - IV. as longas filas que se formam nas repartições públicas não podem ser qualificadas como causadoras de dano moral aos usuários dos serviços públicos porque não decorrem de culpa do servidor, mas sim da Administração;
 - V. para consolidar a moralidade do ato administrativo é necessário que haja equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor.
- Estão corretas:
- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
 - b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
 - c) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
 - d) apenas as afirmativas I, II, III e V.
 - e) apenas as afirmativas I, III e IV.
- 36- Sobre o processo administrativo, regulado pela Lei n. 9.784, de 29/01/1999, é correto afirmar que:
- I. os padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé são critérios que devem ser observados pelas autoridades administrativas;
 - II. é vedada a imposição de obrigações ou restrições em medida superior ao estritamente necessário para atendimento do interesse público;
 - III. uma vez concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de trinta dias para decidi-lo, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada;
 - IV. o fato de a autoridade ter interesse direto ou indireto na matéria a torna impedida de atuar no processo respectivo;
 - V. o fato de a autoridade ter amizade íntima com a parte interessada não a impede de atuar no feito mas, por razões éticas, deve dar-se por suspeita para decidi-lo.
- Estão corretas:
- a) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
 - b) as afirmativas I, II, III, IV e V.
 - c) apenas as afirmativas I, II, III e V.
 - d) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
 - e) apenas as afirmativas I, II e IV.
-
- ## RECURSOS HÍDRICOS - LEGISLAÇÃO APLICADA
- 37- São instrumentos de gestão de recursos hídricos, segundo a Lei n. 9.433, de 8/1/97 o (a):
- a) enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes e a fiscalização do uso dos recursos hídricos.
 - b) outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e a licença ambiental.
 - c) enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes e o sistema de informação sobre recursos hídricos.
 - d) outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos e a licença de instalação para atividades ribeirinhas.
 - e) cobrança pelo uso de recursos hídricos e o sistema de informação sobre recursos hídricos.
- 38- Segundo a Lei n. 9.433, de 8/1/97, a outorga de direito de uso de recursos hídricos:
- a) efetiva-se por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, chamado de órgão outorgante.
 - b) em corpos hídricos de domínio da União, é indelegável.
 - c) somente pode ser suspensa em definitivo se o outorgado não cumprir os termos da outorga.
 - d) é necessária apenas para captação recursos hídricos e lançamento de efluentes; os demais usos estão dispensados de solicitar outorga.
 - e) para pequenos núcleos populacionais, é determinada por decisão do órgão outorgante estadual.

- 39- O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem, na sua composição:
- representantes dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis de recursos hídricos.
 - representantes de comitês de bacias hidrográficas, desde que sejam de rios de domínio da União.
 - maioria de representantes dos usuários e organizações civis.
 - representantes de outras categorias, desde que estas sejam aprovadas pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas.
 - membros que representam os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal.
- 40- Os Comitês de Bacia Hidrográfica, segundo a Lei n. 9.433, de 8/1/97:
- não poderão ter atuação sobre bacias hidrográficas que sejam contíguas, mas não estejam conectadas.
 - têm a atribuição de aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia.
 - definem o valor a ser cobrado pelo uso da água.
 - definem o enquadramento dos corpos hídricos.
 - são responsáveis pela implementação do sistema local de informação, em recursos hídricos.
- 41- A Lei n. 9.433, de 8/1/97, determina que as Agências de Águas:
- possam ser criadas mediante determinação da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas.
 - mantenham o cadastro de usuários e elaborem o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.
 - detenham o poder outorgante nas bacias hidrográficas.
 - devam atender a apenas um comitê de bacia hidrográfica.
 - prestem apoio administrativo, técnico e financeiro ao respectivo Conselho Estadual ou Nacional de Recursos Hídricos.
- 42- Segundo a Lei n. 9.433, de 8/1/97, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, compete ao Poder Público Federal:
- fazer a conciliação entre interesses conflitantes dos Estados.
 - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolam o âmbito dos Estados em que serão implantados.
 - analisar as propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos.
 - definir as fórmulas de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União.
 - tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- 43- Entre as atribuições da Agência Nacional de Águas, estão (está):
- fiscalizar e punir os infratores por lançamentos de poluição feitos em desacordo com a licença ambiental.
 - outorgar o direito de uso de recursos hídricos e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio da União.
 - decidir sobre regularização de ações de uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas.
 - aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
 - arbitrar os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.
- 44- Entre os itens que constituem as receitas da Agência Nacional de Águas, estão (está):
- os *royalties* do setor elétrico.
 - o ICMS ecológico.
 - a compensação financeira por danos causados por má utilização dos recursos hídricos.
 - os valores apurados pela concessão de outorgas provisórias enquanto perdurar a autorização.
 - os recursos decorrentes da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, dentro do limite determinado pela Lei n. 9.433.
- 45- A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas:
- por ser uma autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tem seus membros escolhidos e nomeados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.
 - é presidida por um de seus membros escolhido pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.
 - é composta por membros com mandatos, não coincidentes, de quatro anos.
 - pode ter seus membros substituídos a qualquer tempo por decisão do Presidente da República.
 - permanece com vaga aberta até o final do mandato, caso haja reunião de um de seus membros, de forma que os mandatos permaneçam não coincidentes.
- 46- A decisão sobre pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União compete:
- à Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas.
 - ao Ministério do Meio Ambiente.
 - à Agência de Água da bacia em questão, ou na sua ausência, ao Comitê da Bacia Hidrográfica.
 - à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.
 - ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

47- A Agência Nacional de Águas possui, em seus quadros:

- a) Especialista em Recursos Hídricos, Fiscal de Recursos Hídricos, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo.
- b) Especialista em Recursos Hídricos, Auditor Ambiental, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo.
- c) Especialista em Recursos Hídricos, Fiscal Ambiental, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo.
- d) Especialista em Recursos Hídricos, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo.
- e) Especialista em Recursos Hídricos, Auditor de Recursos Hídricos, Especialista em Geoprocessamento e Analista Administrativo.

48- Com relação às entidades sem fins lucrativos que receberam delegação do CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água em corpos hídricos de domínio da União, pode-se dizer que:

- a) a entidade operará a partir de contrato de gestão firmado com o CNRH e fiscalizado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA.
- b) estão proibidas de utilizar bens públicos para seu funcionamento e operação.
- c) devem operar apenas com funcionários próprios, pois a Lei n. 10.881, de 2004, impede que funcionários da ANA sejam cedidos para trabalhar na Agência.
- d) são a ela asseguradas as transferências das receitas provenientes da cobrança, arrecadadas na respectiva ou respectivas bacias hidrográficas, de que trata a Lei n. 9.433.
- e) a rescisão do contrato de gestão somente se dará por autorização do CNRH.

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

49- Assinale a opção correta relativa aos poderes do Estado e respectivas funções e aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.

- a) O pacto federativo sustenta-se na harmonia que deve presidir as relações institucionais entre as comunidades políticas que compõem o Estado Federal, e não legitima restrições de ordem constitucional que afetem o exercício da competência normativa em tema de exoneração tributária pertinente ao ICMS pelos Estados-membros e Distrito Federal.
- b) O uso de algemas só é lícito em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada previamente a excepcionalidade por escrito.
- c) Ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal, ou a ela se submeter, por isso que é dever de cidadania opor-se à ordem ilegal, ainda que emanada de autoridade judicial; caso contrário, nega-se o Estado de Direito.
- d) A mera instauração de inquérito, ainda quando evidente a atipicidade da conduta, não constitui meio hábil a impor violação aos direitos fundamentais, em especial ao princípio da dignidade humana.
- e) A prova ilícita pode prevalecer em nome do princípio da proporcionalidade, do interesse público na eficácia da repressão penal em geral ou, em particular, na de determinados crimes; a dignidade humana não serve de salvaguarda à proscrição da prova ilícita.

50- Assinale a opção correta relativa ao tratamento dado pela jurisprudência que atualmente prevalece no Supremo Tribunal Federal, ao interpretar a Constituição Federal, relativa aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil.

- a) A legislação infraconstitucional anterior ou posterior ao ato de ratificação que com eles seja conflitante é inaplicável, tendo em vista o *status normativo suprallegal* dos tratados internacionais sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil.
- b) Incorporam-se ao ordenamento jurídico como lei ordinária federal porque a Constituição confere ao Supremo Tribunal Federal, competência para julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- c) Os que tiveram ato de ratificação antes da vigência da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, são equivalentes às emendas constitucionais em razão dos princípios da recepção e da continuidade do ordenamento jurídico.
- d) Os que tiveram ato de ratificação depois da vigência da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, independentemente do *quorum*, são equivalentes às emendas constitucionais em razão do princípio da prevalência dos direitos humanos.

- e) Incorporam-se à Constituição Federal, porque os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

51- Assinale a opção correta relativa à Administração Pública na Constituição Federal de 1988.

- a) A Constituição Federal não proíbe a nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) A lei que posteriormente é declarada inconstitucional perece mesmo antes de nascer, por isso, os efeitos eventualmente por ela produzidos não podem incorporar-se ao patrimônio dos administrados, ainda que se considere o princípio da boa-fé.
- c) Antes do provimento do cargo, o candidato tem mera expectativa de direito à nomeação ou, se for o caso, à participação na segunda etapa do processo seletivo, mas a Administração Pública não pode, enquanto não concluído e homologado o concurso público, alterar as condições do certame constantes do respectivo edital, para adaptá-las à nova legislação aplicável à espécie.
- d) Em obediência ao princípio da publicidade, instituição financeira não pode invocar sigilo bancário para negar ao Ministério Público informações e documentos sobre nomes de beneficiários de empréstimos concedidos com recursos subsidiados pelo erário, em se tratando de requisição para instruir procedimento administrativo instaurado em defesa do patrimônio público.
- e) Os bens e o interesse público são indisponíveis, porque pertencem à coletividade. O Administrador é mero gestor da coisa pública e não tem disponibilidade sobre os interesses confiados à sua guarda e realização em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, que não pode ser atenuado.

52- Assinale a opção correta relativa à organização dos Poderes, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo.

- a) No exercício do controle externo, ao Congresso Nacional compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- c) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Supremo Tribunal Federal, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.
- d) Os Ministros de Estado serão escolhidos entre brasileiros natos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- e) O Conselho da República é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.

53- Assinale a opção correta relativa à organização dos Poderes, ao Poder Judiciário.

- a) A justiça de paz, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, possui competência privativa para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe, entre outras funções, processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, entre outras funções, processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- d) Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, hipótese em que o recurso cabível também será para o tribunal estadual da área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

- e) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou ainda, no Distrito Federal, mas as causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.
- 54- Assinale a opção correta relativa ao Sistema Tributário Nacional, às Finanças Públicas, normas gerais e orçamento público e às Políticas Públicas na Constituição Federal de 1988.
- a) A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis é uma das diretrizes que devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na organização das ações governamentais no atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
 - b) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluída na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
 - c) A instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa é autorizada pela Constituição Federal.
 - d) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, por isso, o poder público municipal pode exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imediata desapropriação com prévia e justa indenização em dinheiro, vencido o prazo assinalado para o adequado aproveitamento.
 - e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem divulgar, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes dos tributos e preços públicos arrecadados, assim como os recursos recebidos de transferências tributárias.
- ## ADMINISTRATIVO
- 55- Quanto às características da administração pública federal brasileira e sua forma de organização, analise os itens a seguir e marque com **V** se a assertiva for verdadeira e com **F** se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.
- () Os órgãos são compartimentos internos da pessoa pública que compõem sua criação bem como sua extinção são disciplinas reservadas à lei.
 - () A realização das atividades administrativas do Estado, de forma desconcentrada, caracteriza a criação de pessoas jurídicas distintas, componentes da administração pública indireta.
 - () As entidades da administração pública indireta do Poder Executivo, apesar de não submetidas hierarquicamente ao Ministério a que se vinculam, sujeitam-se à sua supervisão ministerial.
- () O Poder Judiciário e o Poder Legislativo constituem pessoas jurídicas distintas do Poder Executivo e, por isso, integram a administração pública indireta.
- a) V, F, F, V
 - b) F, V, V, F
 - c) V, F, V, F
 - d) F, V, F, V
 - e) V, V, F, V
- 56- Um servidor público federal estável foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com a decisão, ajuizou uma ação em que requereu a anulação da decisão administrativa. Ao final de seu processamento, o servidor obteve decisão transitada em julgado favorável a seu pedido. Nos termos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a fim de que o servidor retorne a seu cargo de origem, ainda existente, a decisão judicial deverá ter determinado sua
- a) readaptação.
 - b) reversão.
 - c) recondução.
 - d) reintegração.
 - e) disponibilidade.
- 57- O Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, tratou de regular as transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação. Quanto à disciplina desta norma, assinale a opção incorrecta.
- a) O convênio tem como partícipes, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, em regime de mútua cooperação.
 - b) Quando a transferência dos recursos financeiros ocorre por intermédio de uma instituição ou um agente financeiro público federal, enquanto mandatário da União, o instrumento administrativo constitui o contrato de repasse.
 - c) Qualquer órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como as entidades privadas sem fins lucrativos, com os quais a administração federal pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento mediante a celebração de convênio denomina-se convenente.
 - d) O termo de cooperação caracteriza-se pela transferência de recursos entre quaisquer órgãos ou entidades da administração pública federal direta e indireta.
 - e) As alterações necessárias aos ajustes regulados pelo Decreto n. 6.170, de 2007, poderão ser realizadas por meio de termo aditivo, desde que não haja alteração do objeto aprovado.

- 58- Quanto ao regime jurídico a que se submetem os atos administrativos no ordenamento brasileiro, assinale a opção incorreta.
- Em virtude de sua presunção de legitimidade, até prova em contrário, presume-se que os atos administrativos foram emitidos em conformidade com a lei.
 - Todos os atos administrativos nulos ou anuláveis são passíveis de convalidação ou saneamento, desde que a prática do novo ato supra a falta anterior.
 - A conveniência e a oportunidade da prática do ato constituem o mérito administrativo e apenas estarão passíveis de ponderação nos atos discricionários.
 - De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a situação fática que determinou e justificou a prática de ato administrativo passa a integrar a sua validade.
 - Configura desvio de finalidade a prática de ato administrativo visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- 59- Relacione as modalidades de intervenção do Estado na propriedade de terceiros a suas respectivas características. Ao final, assinale a opção correspondente.
- Servidão Administrativa
 - Requisição Administrativa
 - Tombamento
 - Desapropriação
- () Tem por finalidade proteger o patrimônio cultural brasileiro; constitui uma restrição parcial da propriedade; e, em regra, não gera direito à indenização.
- () Promove-se a transferência da propriedade por razões de utilidade pública ou interesse social; pode recair sobre bens móveis ou imóveis dotados de valoração patrimonial; em regra, enseja indenização.
- () Pode recair sobre bens móveis, imóveis ou serviços, quando existente perigo público iminente; possui natureza transitória; e a indenização, se houver, será ulterior.
- () Constitui um ônus real sobre bem imóvel, em prol de uma utilidade pública; em regra, possui caráter de definitividade; caracteriza-se como uma espécie de restrição parcial da propriedade.
- 2, 4, 1, 3
 - 4, 3, 1, 2
 - 3, 4, 2, 1
 - 1, 3, 4, 2
 - 3, 2, 1, 4
- 60- *"No setor de atividades exclusivas de Estado, deverão ser introduzidas as Agências como novo modelo institucional, na forma de Agências Executivas e Agências Reguladoras, que revitalizarião as autarquias e fundações, resgatando a sua autonomia administrativa e assimilando novos instrumentos e mecanismos de gestão voltados para a assimilação em profundidade da administração gerencial, por meio da introdução da avaliação de desempenho, do controle por resultados, da focalização da satisfação do usuário e do controle de custos."* (In: BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1998**. Brasília: MARE, 1998. 127 p. – Cadernos MARE da reforma do estado; Caderno 15, p. 18-19.) Quanto às características das agências reguladoras federais no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.
- Como integrantes da administração pública federal direta, as agências reguladoras surgiram no Brasil com a finalidade primeira de regular e controlar os serviços públicos que passaram a ser prestados pela iniciativa privada na década de 1990.
 - Sem uma legislação que discipline as características gerais das agências reguladoras brasileiras, as leis especiais que instituíram cada uma delas acabaram por conferi-las as mais diversas naturezas: empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações.
 - A independência decisória conferida às agências reguladoras no Brasil trouxe o conceito de jurisdição administrativa ao ordenamento jurídico brasileiro, de maneira que, em seu âmbito de atuação, essas instituições possuem competência para dirimir conflitos de interesses que envolvam a administração pública, com força de coisa julgada.
 - Enquanto entidades da administração pública federal indireta, as relações de trabalho das agências reguladoras são regidas pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, em regime de emprego público.
 - Entre as garantias asseguradas a fim de conceder às agências reguladoras maior autonomia e independência, estão, em regra, a formação de quadro próprio de servidores, receitas próprias e dirigentes escolhidos pelo chefe do Poder Executivo, aprovados pelo Senado Federal e com mandato fixo.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br